



Ministro diz que promessa de Arruda não influencia na decisão no STF

Os advogados do governador licenciado do Distrito Federal, José Roberto Arruda, entregaram, aos ministros do Supremo Tribunal Federal, memorial no qual o governador preso se compromete formalmente, “pelo tempo necessário ao deslinde das investigações, e mesmo até o exaurimento de ações penais propostas em seu desfavor”, a se manter afastado da chefia do Poder Executivo, por meio de licença. O governador assina o memorial, juntamente com seus três advogados, para evitar que parem dúvidas sobre “sua definitiva e inabalável decisão”.

No memorial, os advogados Nélio Machado, Cristiano Ávila Maronna e Thiago Brügger Bouza pedem que o STF não dê maior valor, de antemão, à acusação, em detrimento da defesa, em respeito aos preceitos do devido processo legal, da ampla defesa e da licitude da prova.

O ministro Marco Aurélio disse que a promessa do governador José Roberto Arruda, de não reassumir o governo do Distrito Federal, caso consiga Habeas Corpus no Supremo Tribunal Federal, não influenciará a decisão dos ministros da corte. O caso deve ser julgado nesta quinta-feira (4/3). “Só apreciaremos o acerto ou desacerto da decisão do STJ e num primeiro passo, que não é definitivo, não percebi desacerto flagrante a ponto de ensejar o indeferimento da liminar”, disse o ministro.

Com o julgamento adiado, a Polícia Federal teve mais tempo para investigar o caso. O ministro entende que isso poderia influenciar para o STJ afastar a prisão provisória, prejudicando o Habeas Corpus. Mas, o ministro disse que as declarações de Arruda não influenciam na decisão. “Os cidadãos comuns não ocupam governança e nem por isso a promessa de não claudicar mais, de não influenciar na instrução, surte efeitos maiores”, disse.

“Essa questão da volta à cadeira de governador, para mim, se revolve no campo político. As áreas civil, administrativa e criminal são independentes, assim como a área política”, disse o relator do HC impetrado pelo governador. O ministro afirmou que “não há negociação” com o governador Arruda. “O que há é análise dos fatos segundo as normas de regência. O ministro disse que é preciso considerar se com a liberdade de Arruda haverá ameaça ou não à instrução criminal, ou seja, a repetição do ato que desaguou na prisão”.

Marco Aurélio negou que tenha definido seu voto pela liberdade de Arruda. “De início é uma sinalização simples, pois muitas vezes eu deferi a liminar e depois puxei a votação indeferindo a ordem. É possível não indeferir a liminar e depois deferir a ordem”, explicou.

O ministro disse que na discussão de quinta-feira (4/3) estará embutida a necessidade de autorização da Câmara Legislativa para processar o governador, o que não impediu que o STJ decretasse a prisão preventiva. Mas não adiantou o seu posicionamento sobre o assunto. *Com informações da Assessoria de Imprensa do STF*

Date Created

03/03/2010